

COVID-19 E A EPIDEMIA DA POLARIZAÇÃO¹

Érika de MORAES²

Resumo

A proposta deste trabalho, inserido na temática “Discurso em Tempos de Pandemia” proposta por evento do LEEDiM UFSCar, é debater a polarização como constitutiva do discurso, porém potencializada em tempos de dificuldades impostas pela pandemia. O trabalho retoma o conceito de interincompreensão, de Dominique Maingueneau, e as discussões de Patrick Charaudeau sobre a manipulação da opinião pública, enfrentando noções como a ordem do possível e do desejável, as matrizes discursivas, passando pela ideia de bode expiatório, vinda à tona pelos ânimos que polarizam. Apresenta a análise de alguns exemplos práticos que põem a polarização em debate, propondo, em conclusão, um lugar de escuta para a polarização, com humildade epistemológica, em nome da preservação de valores fundamentais como a paz.

Palavras-chave: Discurso; Covid-19; Polarização; Humildade Epistemológica.

Abstract

The purpose of this work, inserted in the theme “Discourse in Times of Pandemic” proposed by a LEEDiM UFSCar event, is to debate polarization as constitutive of discourse, but enhanced in times of difficulties imposed by the pandemic. The work resumes Dominique Maingueneau’s concept of ‘inter-understanding’ and Patrick Charaudeau’s discussions about the manipulation of public opinion, facing notions such as the ‘order of the possible’ and the ‘order of desirable’, the discursive matrices, passing through the idea of ‘scapegoat’, surfacing by the moods that polarize. We present the analysis of some practical examples that put polarization in debate, proposing, in conclusion, a place for listening to polarization, with epistemological humility, in the name of preserving fundamental values such as peace.

Keywords: Discourse; Covid-19; Polarization; Epistemological humility.

¹ A Live que deu origem a este texto, apresentada em 15/07/2020, pode ser acessada no Facebook do Leedim - <https://www.facebook.com/leedim.ufscar/>, bem como no canal do YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UChUWKJRSDk0TSdHrb5JtCMA>.

² Universidade Estadual Paulista, Unesp (FAAC Câmpus Bauru e PPGEL Ibilce São José do Rio Preto)

Introdução

O texto que ora se apresenta se origina de apresentação na *live* intitulada “Covid-19 e a epidemia da polarização”, da série “Discurso em tempo de pandemia”, promovida pelo Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais (LEEDiM) vinculado à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), evento realizado no período de 13 de maio a 24 de julho de 2020.

Ao receber o convite para o evento, propusemos organizar nossa fala em torno de um tema muito incômodo na atualidade, a polarização. Este tema não emerge da pandemia, mas, dadas as condições de produção contemporâneas dos discursos em nossa sociedade, serviu-se dela para expandir-se. Cabe um preâmbulo para explicitar que temas como este e suas implicações políticas, econômicas, sanitárias etc. têm exigido uma atenção prioritária por parte da comunidade acadêmica, por razões de urgência, afastando-nos enquanto cidadãos e seres humanos que somos de temas como a arte, a poesia, a literatura. São tempos difíceis e a realidade é dura. A constatação poderia soar banal ou desnecessária, não fosse ela já uma primeira pista a respeito de como tudo, hoje em dia, tende a apontar para falsas dicotomias, que podem nos levar a conclusões errôneas e atitudes precipitadas.

Dessas dicotomias errantes, surgem, de cima para baixo, decisões desarticuladas como a retirada de fomento para a pesquisa nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, por não serem compreendidas como prioritárias em uma fase dedicada ao que se considera o núcleo duro da Ciência (a “verdadeira” ciência), onde se encontram os estudos sobre virologia e, do ponto de vista prático, de onde se espera a descoberta de uma vacina eficaz para combater a epidemia de Covid-19. Se a valorização das ciências biológicas já é um avanço, nem mesmo essas têm a garantia da conquista de sua importância social.

O momento complexo que vivemos exige uma abordagem interdisciplinar, na qual a interpretação dos fenômenos pela via dos discursos a ele atrelados pode ser decisiva, inclusive (talvez ironicamente) para o sucesso das próprias ciências da saúde. O potencial de uma pandemia global já era conhecido pela comunidade científica, só não se sabia como e quando. E não se tratava de um segredo escondido a sete chaves pela comunidade científica. Basta pensar, por exemplo, em um mini-documentário posto em cartaz pelo já popular sistema de streaming Netflix na exata data de 7 de novembro de 2019, ou seja, antes da emergência da atual pandemia. Todas as informações sobre o que poderia ser uma nova pandemia estão ali presentes, apenas não

se citando o nome ainda desconhecido Covid (The Next Pandemic / A próxima epidemia³). O empresário fundador da Microsoft e Fundação Gates, Bill Gates, já envolvido com o tema, afirma neste documentário: “Se você pensar em qualquer coisa que tenha a ver com matar milhões de pessoas, a pandemia é nosso maior risco”. Completa: “Em termos de taxa de morte, uma pandemia se compara às maiores guerras do passado. A economia vai quebrar. O custo para a humanidade será inacreditável e nenhum país estará imune ao problema que será criado”.

Uma compreensão multifacetada da realidade explicaria que a vacina para um determinado vírus não resolve a potencialidade de que a humanidade venha a enfrentar outros. Há necessidade de manter a vigilância e os investimentos em pesquisa. A jornalista especializada, Maryn Mckenna, no mesmo documentário citado acima, afirma: “É preciso um ato extraordinário de vontade política para dizer: ‘Sim, agora as coisas não parecem ruins, mas vamos investir em saúde pública mesmo assim porque sabemos que, um dia, as coisas ficarão ruins’”. O mesmo ponto de vista é compartilhado por Bill Gates: “Quando uma pandemia chega, sempre olhamos para trás e desejamos que tivéssemos investido mais. Ainda há muito o que fazer”. O empresário já se dedicava ao investimento em estudo de vacinas, sobre o que diz: “Quando há uma doença que nunca vimos antes, tipicamente demora quatro ou cinco anos para inventar uma vacina contra essa doença. E novas tecnologias podem diminuir esse tempo”. Essas tecnologias que já estavam em desenvolvimento são decisivas na agilidade dos resultados potenciais das atuais pesquisas de vacina para a Covid-19.

A quais discursos se atribui importância é, portanto, literalmente, uma questão de sobrevivência. Assim, deixamos para outro momento a palavra sobre arte e literatura, não sem sinalizar, como defende Wolf (2019), que a habilidade humana de sermos contemplativos, alimentada pelo que a autora chama de leitura profunda, é necessária para um mundo mais empático, solidário e inclusivo. Alguns poderiam não se importar com tais características, sem se atentar ao fato de que elas são necessárias em um mundo melhor **para todos**, inclusive os mais ricos, que também se beneficiariam ao viver em uma sociedade com mais oportunidades, menos violência, mais segurança, mais potencialidades a serem desenvolvidas e aproveitadas em um mundo mais criativo.

³ Trata-se de um episódio de 20 minutos inserido na série “Explained” (Explicando), em conjunto com outros sobre temas diversos (Diamantes; Beleza; O futuro da carne; A próxima pandemia etc.). Em seguida, a rede Netflix também exibiu a série “Pandemic” com 6 episódios que estrearam em janeiro de 2020.

Mesmo assim, deixemos para outro momento... não sem esquecer que *“a gente não quer só Comida”*, como cantava Titãs.

Sem esquecer o preâmbulo, abordemos os temas que o mundo urgentemente demanda. Doença. Desigualdade. Censura. Ódio. Sensacionalismo. Idolatria. E proponhamos uma reflexão sobre como tudo isso se intensifica por meio da polarização.

Nesta mesma série de *lives*, o colega Hélio de Oliveira, em sua rica apresentação “‘Bovid-17’, ‘Comunavírus’ e outras fórmulas discursivas em meio à pandemia”, dá uma deixa para o tema da polarização: ou estamos em um discurso em que a doença se origina em um ‘comunavírus’, ou em outro em que a doença é a ‘Bovid-17’. Como se não houvesse o perigo de uma das visões cegar para tudo que delas escapa.

A polarização como fruto da interincompreensão

Maingueneau (2005) revela uma ‘sacada’ brilhante ao propor o conceito de interincompreensão como uma espécie de fundador do discurso. Para o autor, a interincompreensão está na base da formulação discursiva, tanto quanto o interdiscurso, a ideologia, o inconsciente. Para este autor:

Cada discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartidos em dois registros: de um lado os semas ‘positivos’, reivindicados; de outro, os semas ‘negativos’, rejeitados. A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro, traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o outro como tal, mas somente como o simulacro que constrói dele (MAINGUENEAU, 2005, p. 103).

A interincompreensão constitui, assim, a base que categoriza um mesmo tema em formações discursivas opostas, fazendo com que o discurso do *Outro* seja sempre entendido pelo prisma do discurso de *Si mesmo*, sendo, portanto, não só rejeitado, como também ‘interincompreendido’ e ressignificado (‘maquiado’) por um prisma próprio, o Simulacro. Acreditamos que essa ‘maquiagem’ possa se dar em graus diferentes de consciência – ou seja, pode representar (mais) um processo de *Não Saber* (desconhecer, não entender, não ter base para o acesso...) ou (mais) um processo mais consciente, ao menos em alguma medida (porque, discursivamente, a consciência plena é inapreensível), de *Manipular*, havendo pontos de aproximação entre os graus. Essa diferença é fundamental para a discussão que ora se coloca.

Interincompreensão e manipulação

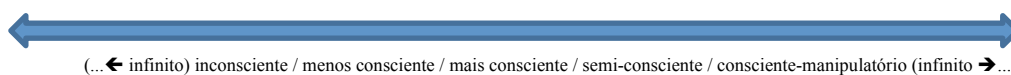


Figura 1. Interincompreensão e Manipulação (elaborado pela autora).

Sabemos que o contexto político no Brasil, desde acontecimentos como as manifestações de 2013, o Impeachment da Presidente Dilma em 2016, as eleições de 2018, intensificou a polarização em nosso país. Eis que, em 2020, surge um novo inimigo: a doença que agora se espalha pelo mundo. O inimigo é comum, atinge a todas as nacionalidades, classes sociais, idades (com certas particularidades quanto a grupos de risco e comunidades vulneráveis, havendo pessoas mais desassistidas do que outras – mas ninguém está imune). Um problema comum poderia suscitar a busca de soluções comuns e, em alguns países, até tem até despertado um sentimento de nacionalidade – ficar em casa, mantendo-se em isolamento social, é ser patriota, proteger a nação.

No Brasil, a doença parece vir reforçar as torcidas opostas. Nesta autora, reforça um sentimento de solidão profunda, pelo não pertencimento a nenhum de dois grupos antagonicamente marcados. E a polarização nos faz esquecer (não porque somos desmemoriados, mas um esquecimento em sentido Pêcheuxtiano) de pontos bem básicos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esta declaração trata de direitos fundamentais como o direito à vida. A mesma declaração também trata do direito à propriedade – esse conceito não se refere apenas a grandes latifúndios, mas também a mais humilde casa conquistada com o suor do trabalho. Mas os discursos que circulam – e as distorções – fazem parecer que são direitos pertencentes a formações opostas. Vejamos:

Art. 2: Ces droits sont la liberté, la propriété, la sûreté, et la résistance à l'oppression. [Esses direitos são liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão.] (Texto original de 1789) (Déclaration des Droits... 1789).

Muitas vezes, fala-se sobre o medo de uma “tomada socialista de bens”. Poucas vezes, fala-se que os mesmos bens podem ser perdidos dentro do próprio sistema capitalista, quando, por exemplo, um cidadão tem um imóvel em garantia de dívida e, por razões de diversas ordens (perda de emprego e renda, falta de acesso à educação financeira etc.) não consegue honrar seus compromissos e tem esse bem tomado para

leilão pelo banco que concedeu o empréstimo⁴. No contexto da pandemia, em que instituições financeiras divulgaram “linhas de crédito” (eufemismo para “empréstimo”) com imóvel em garantia, chegou até nós este comentário de rede social, ilustrativo da questão:

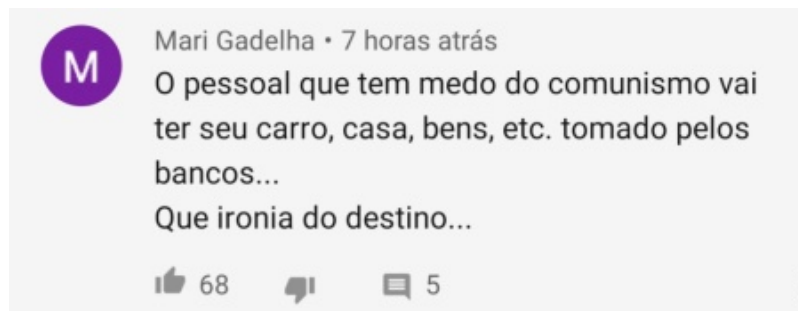


Figura 2. Comentário compartilhado em rede social.

E nesse mundo polarizado nós nos percebemos tendo que nos justificar o tempo todo. “Não sou petista, mas penso X”; “Não sou alguma coisa -ista, mas penso Y”. São polarizadas (ou distorcidas) até as definições clássicas. Democracia passa a ser entendida como a “ditadura do voto”, quando o direito de votar e fiscalizar a atuação do governante é confundido com o dever de idolatrar, tornando redutor o exercício da cidadania. Vemos faixas em protestos com os dizeres “Impeachment do STF”, indicando que o Brasil banalizou o impeachment. O senso comum, polarizado, passa a perceber como impossível o discurso que não idolatre algum dos deuses, de algum partido.

O ponto é que a doença, Covid-19, inserida em nossas condições de produção específicas, ressaltou antagonismos pré-existentes, a exemplo de: **Público X Privado; Economia X Saúde.**

O desgaste com o poder público leva a uma generalização e esvaziamento da categoria do Setor Público. Nesse âmbito, o funcionário público se torna o inimigo público, por meio de uma construção discursiva que encontra espaço nas carências da sociedade. Ele já era denominado “parasita”. Com a doença, é o “parasita que assiste à

⁴ Não estamos aqui defendendo que os bancos devam/possam realizar empréstimos sem qualquer garantia. A questão que se coloca é o oportunismo. No contexto da pandemia, o cidadão “em desespero” pode cair numa armadilha. Nesse sentido, consideramos oportuno o trabalho da educadora financeira Nathalia Arcuri, guardadas as reflexões críticas, conforme tratamos em artigo publicado em Cadernos de Estudos Linguísticos (MORAES, 2019). Eu mesma recebi telefonema de instituição bancária, oferecendo “linha de crédito especial” e assisti a comerciais divulgando “condições especiais com juros de 1% ao mês” (ou seja, 12% ao ano, quando a taxa básica de juros no Brasil, a Selic, está em sua mínima histórica: 2% ao ano em agosto de 2020). A caderneta de poupança rende 70% da Selic, ou seja, 1,4% ao ano. Questões que precisam ser explicitadas para que o cidadão tenha entendimento das condições que lhe estão sendo oferecidas e de sua capacidade de honrar compromissos, com pleno conhecimento dos riscos.

crise de geladeira cheia”⁵. São frases cruéis e desmoralizantes em relação aos servidores públicos em geral. Pode-se reconhecer que há problemas no serviço público, assim como há no privado, os quais poderiam ser discutidos de maneiras não generalizantes, a começar por uma brutal diferença entre salários que ultrapassam o teto do governador (e são ainda acrescidos de benefícios financeiros) e a média da grande massa de servidores, bem como a falta de equivalência entre salários e níveis de escolaridade em diferentes profissões. E há, sem dúvidas, a construção do servidor público como bode expiatório, o que está alinhado a uma confusão entre Governo e Estado. Ao criticar os problemas dos governos (principalmente a corrupção) atribui-se as mesmas propriedades às instituições do Estado. Assim, o cidadão cai na armadilha de abrir mão de seus próprios direitos, o que inclui a proteção do Estado, como ente fiscalizador, regulador, garantidor de direitos (o que não equivale a paternalismo).

Ao tratar das instâncias de poder no estabelecimento da opinião pública constituída em relação aos jogos de poder do discurso político (sobre o que abordaremos no item a seguir), Patrick Charaudeau (2016, p. 111) conceitua o bode expiatório: “Trata-se de construir a figura do inimigo portador de todos os males sofridos pelo povo”. A expressão tem origem no sacrifício bíblico de Abraão, a quem Deus teria pedido o sacrifício do filho único como prova de sua fé. Depois, foi alçada ao Cristo, o “cordeiro de Deus”, que se sacrifica para expiar os pecados do mundo. Em seguida, a expressão adquire sentido social mais abrangente, sendo utilizada para “designar o representante de um mal que é preciso sacrificar, porque é portador das faltas ou dos males da coletividade” (2016, p. 111).

As construções de “bodes” estão relacionadas à falta de acesso crítico à informação, canalizando tudo para a construção de um único inimigo: “a coletividade deve ser persuadida de que o bode expiatório é a origem de todos os seus males e que dele é vítima” (CHARAUDEAU, 2016, p. 111). A função do bode é socialmente catártica.

Ironicamente, são as próprias restrições de vida de cada cidadão, inclusive restrições orçamentárias, que

podem favorecer uma vida plena de contatos diretos, fazendo circular a informação e contribuindo para um determinado conhecimento de vida social e política, ou, ao contrário, provoca o isolamento dos indivíduos pela ausência de contatos, encerrando-os numa vida que se relaciona com o exterior não profissional somente através da televisão,

⁵ São referências a expressões do Ministro da Economia Paulo Guedes.

situação propícia a alimentar fantasmas ameaçadores de um inimigo desconhecido, que levam à criação de bodes expiatórios (CHARAUDEAU, 2016, p. 57).

No contexto que rapidamente sofre alterações pelas influências da comunicação digital, o isolamento não se dá necessariamente pela ausência, mas pelo excesso, que não deixa de ser ele, paradoxalmente, uma faceta da ausência, pois inserido dentro de uma bolha formada por pensamentos e crenças comuns. A televisão abre espaço para a Internet, que multiplica tudo aquilo que convence, mas não é todo o conteúdo que chega aos indivíduos, mas geralmente aqueles compartilhados em mídias sociais dentro das redes-bolha. Assim, a verdade estabelecida dentro da rede é reiterada como verdade plena (ou pós-verdade), num movimento contínuo de retroalimentação.

Dentre diversas abordagens jornalísticas que contribuem para a vilanização do funcionário público, matéria recente da Rede Globo (Jornal Nacional, 10/8/2020, reproduzida na GloboNews) trouxe a manchete “Gasto com servidores é 3,5 vezes maior do que com saúde e educação”, título que coincide também com o publicado no jornal Estado de São Paulo e reproduzido em diversos veículos. Trata-se de uma abordagem parcial para justificar a necessidade de um certo tipo de “reforma administrativa”, manipulando a linguagem de modo a desvincular os gastos com saúde e educação das despesas trabalhistas com profissionais dessas áreas (profissionais de saúde, professores e corpo administrativo envolvido na manutenção desses sistemas). O Fórum das 6, entidade que representa USP, UNESP e UNICAMP, manifestou-se a respeito desta abordagem. As instituições apontaram o fato de que a reportagem utiliza dados do Instituto Millenium, que tem como um de seus fundadores o atual ministro da Economia Paulo Guedes. Compilam críticas de jornalistas experientes em relação à abordagem: para a jornalista e professora Maíra Kubik: “Fizeram gráficos separados dos salários de servidores daqueles com gastos com saúde e educação, contrapondo uma coisa a outra. Como se fosse possível ter aula sem professores/as e hospitais sem médicos/as, enfermeiras etc.”. Luís Nassif complementa: “É como se gastos com professores e profissionais da saúde não significassem gastos do setor”. Nota da Adunesp cita ainda reportagem da revista Piauí, de março de 2020, que mostra um quadro bem diferente do retratado pela Rede Globo. E observa que a reportagem da

Rede Globo omitiu, nesta abordagem, a questão do Teto de Gastos⁶ em vigência, justamente o que impede mais investimentos em saúde e educação. A questão é que o conteúdo da Rede Globo é bem mais popular e reproduzido em redes sociais, o que impede a muitos o acesso ao contraponto. O desvio discursivo (que tira do todo a parte com investimento em profissionais de educação e saúde) pode ser visualizado no seguinte gráfico:

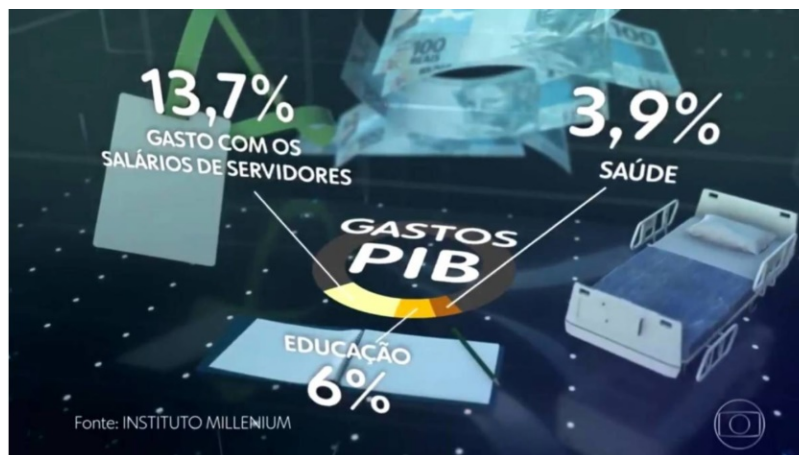


Figura 3. Gráfico veiculado na Rede Globo de Televisão em 10/08/2020. Fonte: Revista Fórum, 11/08/2020⁷.

Ainda em relação a falas estereotípicas, outro enunciador, o ex-presidente Lula, expressou-se mal ao dizer: “ainda bem que a natureza criou o coronavírus”⁸. Colocado em contexto, o argumento **deveria ser** sobre a importância do Estado (algo como: o vírus serviu para mostrar a importância de serviços como o SUS). Mas, ao colocar-se dessa forma, o enunciador alimentou o antagonismo e suscitou contra-argumentos com o seguinte teor: “por isso que é melhor o Estado mínimo”⁹, sinalizando incompreensão quanto à diferença entre Governo e Estado. Houve necessidade de explicar às pessoas que Estado é SUS, educação pública gratuita. Que o Estado não são os políticos, são suas instituições, que devem servir inclusive para fiscalizar os governos. Que Estado é a Constituição Federal, seus direitos e deveres. Acreditamos ser preciso não perder a paciência de explicar, já que não é óbvio para todos. Alguns pontos podem ser trazidos

⁶ “Aprovado no governo de Michel Temer, por meio da Emenda Constitucional nº 15, em dezembro de 2016, o teto ‘proíbe’ o governo federal de investir nos serviços públicos mais do que o valor do ano anterior corrigido pela inflação.”

⁷ <https://revistaforum.com.br/midia/jornal-nacional-cria-fake-news-para-comparar-gastos-de-servidores-com-saude-e-educacao/>

⁸ Ver, por exemplo, reportagem “Ao defender Estado, Lula diz: ‘Ainda bem que natureza criou o coronavírus’”, publicada no UOL em 20/5/2020, disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/20/lula-entrevista-coronavirus-ainda-bem.htm>>

⁹ Refiro a depoimentos com os quais me deparei em minhas próprias redes sociais, alguns deles entristecidos, não necessariamente raivosos.

à luz, por exemplo: enquanto o enunciado de Lula apresenta um tema mal colocado por um enunciador específico (também ele atravessado por suas ideologias e inconsciente), a abordagem sobre os gastos com funcionários públicos pela Rede Globo foi produzida por profissionais da linguagem jornalística, o que pressuporia mais filtros e diferentes níveis de consciência, conforme refletido na Figura 01, acima.

Buscamos mostrar que a doença Covid-19 tem sido pretexto para maximizar os discursos que fundamentam a polarização, com falsos argumentos, que sustentam falsas dicotomias como:

- Sou a favor da economia, logo o comércio precisa ser aberto.
- Sou a favor da saúde, logo o comércio deve permanecer fechado.

Assim, não se discutem, com rigor e método científico, formas de preservar saúde e economia (necessariamente nessa ordem, pois sem saúde não há economia). Não se trata de defender um dos pontos, mas de propor um debate: O que seria mais viável, simultaneamente, para saúde e economia? Liberar o comércio com cuidados e restrições, ou liberar cultos e jogos de futebol? Até mesmo a campanha “Fique em casa” é esvaziada se, junto a ela, não forem discutidas as mais básicas questões, como as de higiene: não adianta ficar em casa e não higienizar o produto que vem da rua (exceto se a pessoa viver em uma utópica propriedade autossustentável, precisará sair para comprar suprimentos, ou receber em casa produtos que foram manipulados por outras pessoas); não adianta discutir a volta às aulas se não há pias e sabonetes para estudantes, professores e funcionários lavarem as mãos com frequência, se os bebedouros não apresentam condições sanitárias adequadas e não há espaço para distanciamento físico; também não adianta as mesmas crianças que não vão à escola se aglomerarem sem em playgrounds de condomínios de classe média, enquanto outras se aglomeram pela falta de condições em comunidades carentes.

Na era das *lives*, o psiquiatra Daniel Martins de Barros, em *live* recente com Átila Iamarino (29/6/2020) disse que, para alguns, “a quarentena virou um dogma”, uma questão de honra. São dois extremos opostos: um que minimiza a epidemia e faz churrasco em grupo; outro vigilante que fotografa e denuncia até uma pessoa sozinha tomando sol no quintal. Nesse debate, Átila apresenta uma hipótese para esse comportamento: a falta de coordenação e amparo do Estado deixa os cidadãos restritos em seus dogmas, conforme suas convicções prévias.

Nos jogos do poder, a ordem do possível e a ordem do desejável em conflito com a “humildade epistemológica”

No livro “A conquista da opinião pública”, Patrick Charaudeau (2016) trata de como as teias do discurso interferem nas – e manipulam as – políticas públicas. O autor aponta o dilema a um só tempo simples e complexo da questão política: seria simples, se abordada pelo viés da opinião, mas é infinitamente complexa “se abordada por meio da observação do que é o exercício do poder político” (CHARAUDEAU, 2016, p. 9). No engendrar de discursos, os conflitos se instituem como “norma social” e surgem de “um sentimento de insatisfação pessoal dos poderosos: insuficiência de poder, de riqueza, de prestígio, o que os leva a querer conquistar os bens dos outros ou a defender os seus, caso sejam ameaçados” (p. 11). Mas, continua Charaudeau, “os conflitos podem também ser provocados pelo sentimento de injustiça experimentado por grupos de pessoas que se consideram vítimas do arbítrio, do favoritismo, da traição dos que lhe fizeram promessas” (p. 12). E é pela existência de conflitos que as sociedades necessitam de “regulação social”, por meio da qual se instituem relações de força entre posições de *poder* e de *contrapoder*. Em síntese, é da natureza da sociedade democrática a convivência com o pêndulo entre *poder* e *contrapoderes*, já que o oposto disso seria o absolutismo sem forças de oposição. As regulações entre poderes podem se dar por dominação/submissão, mas também, como seria mais compatível à democracia, pela negociação, “quando as duas partes são fortes e dispõem, cada uma, de meios de submeter a outra” (CHARAUDEAU, 2016, p. 12-13).

Essas relações, porém, não são simples de serem estabelecidas. O poder é questão de legitimidade, mas também de autoridade e potência. Os participantes dos jogos de poder ocupam posições diferentes (por ex., patrões e sindicatos) de acordo com regulamentações estabelecidas por lei. Ainda assim, o engendramento da legitimidade ocupa lugar privilegiado na configuração discursiva: “O processo pelo qual se é legitimado é um mecanismo de reconhecimento, pelo corpo social, do direito de agir em nome de uma finalidade aceita por todos”, diz Charaudeau (2016, p. 14). Assim, a legitimidade é constituída por meio do reconhecimento apoiado em crença coletiva. A autoridade é constantemente construída, sempre do ponto de vista dos outros (reforçada, por exemplo, por pesquisas de opinião).

Uma questão essencial que o autor coloca é que o discurso político, em alguma medida, sempre e necessariamente será populista, não se tratando esta de uma característica de um único governo específico. A instância institucional e a instância

cidadã se enfrentam nos jogos de poder e o governo, poder instituído e institucionalizado, necessita de legitimidade perante a instância cidadã. Assim, configura-se o aspecto percebido e explicitado por Charaudeau: a ação política só pode, por natureza, ser da *ordem do possível*, enquanto o desejo (sobre cujas nuances poderíamos refletir: o sonho, a necessidade, a esperança, a utopia, o desespero...) da instância cidadã é da *ordem do desejável*: “Esse antagonismo entre poder e contrapoder vem do fato de que a ação do político é da ordem do possível, enquanto o desejo da instância cidadã é da ordem do desejável. O discurso de manipulação faz a ligação entre essas duas ordens, para o melhor e para o pior” (CHARAUDEAU, 2016, p. 147).

Somos, assim, condenados à manipulação e ao disfarce, já que, embora óbvio jamais será assumido explicitamente (é interdito!) que não é possível atender a todo o desejável. O paradoxo entre o possível e o desejável também se constitui em outras instâncias, como a da divulgação científica.

Quanto a isto, podemos dialogar com a apresentação de Maingueneau, no evento do LEEDiM, em sua *live* intitulada “Quem fala na pandemia? Notas sobre ethos e portavoiz” (2020a). Ele expressa:

Normalmente, quando se convida um perito é para entender. No caso do coronavírus, o perito participa da divulgação de urgência. É para sobreviver que o ouvimos, não para entender.”
“Parece que a noção clássica de divulgação não é suficiente para explicar o que acontece hoje. Não é uma verdadeira divulgação: o saber sobre a coisa está mudando todos os dias.
(MAINGUENEAU, *live* do LEEDiM, 2020a)

Assim, defende Maingueneau, não são simultaneamente preenchidas as condições da divulgação clássica: 1. Desejo de saber; 2. Estabilização do saber. Sempre perspicaz quanto à necessidade de refinamento conceitual, o autor aponta a indispensabilidade de enriquecer um pouco a tipologia de divulgação, o que formaliza em seu artigo *Répondre à la peur* (2020b).

Pensando nessa necessidade apontada por Maingueneau, poderíamos considerar a relevância da “humildade epistemológica” diante do Urgente – algo que conflita com o desejo do público, já que este quer certezas.

A *ordem do desejável* e a *ordem do possível*, nos termos de Charaudeau, representam um paradoxo constitutivo no discurso político, que extravasa para o discurso da ciência. Para uma comunicação mais honesta, é preciso enfrentar esse paradoxo. É preciso desconstruir o lugar da certeza para se compreender o problema da polarização.

Alguns exemplos e algumas matrizes discursivas

Sem louvar, exaltar ou defender, propomos analisar um exemplo, a fim de notar como a mídia participa da polarização, aqui evocada em uma entrevista com o ex-ministro da Saúde Nelson Teich¹⁰, exibida na GloboNews (em 24.5.2020), da qual transcrevemos alguns trechos:

Articulista: “Não estou dizendo que havia um conflito, mas havia uma divergência entre o senhor e o Presidente da República.”

Teich: “Esquece o Presidente. Eu não vou responder isso. Eu não vim discutir o Presidente.”

Articulista: “Mas eu tô querendo chegar...”

Teich: “Está fazendo o que pedi para não fazer. Polarizar é ruim para o Brasil, para a população, a sociedade.”

Articulista: “Não estou querendo polarizar. Estou querendo entender a posição do senhor. O senhor então não é a favor de somente um isolamento vertical? O senhor é contra isso?”

Teich: “Se é isso que você vai dizer, que eu sou contra o isolamento vertical, eu preciso que você fale o que eu disse, não o que eu não disse. Eu preciso que você diga que eu sou a favor de um isolamento mais seletivo. Nem vertical, nem horizontal. Só espero que você não foque no vertical, porque foi o que o Presidente falou. Que aí você vai tá fazendo uma coisa que não é boa para o Brasil. E é polarizar na hora que a gente mais precisa de harmonia. E eu acho que isso não é legal.”

(Transcrição GloboNews - 24.5.2020)

Em outro momento, Teich também se pronuncia, em resposta a um convidado médico presente entre os entrevistadores, a respeito da acusação de “falta de compaixão”:

“Eu fui pra linha de frente. Eu vi um monte de **gente no leito na UTI**. O que não faltou no meu período foi **compaixão**. (...) Quando entrei, intensifiquei a coisa dos testes. Eu corri pra que a gente possa ter **teste o mais rápido** possível e a gente vai ter. Além de remédio, a gente tem que discutir **vacina** (...) Fui conversar com a representante de Oxford e trouxe pro Brasil a vacina. Então, eu não tava vendo só remédio, além de tudo eu tava vendo vacina. E isso é uma opção para o Brasil para o futuro. (...) E a vacina, não dá para a gente ficar fora de estudos da vacina. Porque a hora em que a vacina sair, não vai ter pro mundo inteiro. E quem tiver à frente nas pesquisas... Inclusive, uma das coisas que está sendo discutida é a produção da vacina no Brasil”

(Transcrição GloboNews - 24.5.2020, grifos nossos).

¹⁰ Nelson Teich ocupou o cargo de ministro da saúde no período de 17 de abril a 15 de maio de 2020, após a demissão do ministro Luiz Henrique Mandetta (que foi deputado federal por Mato Grosso do Sul entre 2011 e 2019 e Ministro da Saúde entre 1 de janeiro de 2019 e 16 de abril de 2020), em plena crise da Pandemia de Covid-19.

Diferentemente do ex-ministro Mandetta, Teich não tem uma carreira política ou experiência midiática. A seu modo, busca manter coerência em uma postura técnica, tomando a entrevista como um lugar para se pronunciar a respeito do que fez, como um ministro técnico, no curto período em que ocupou o cargo como ministro. Dos enunciados de Teich, não são descartadas divergências com o governo, mas o enunciador evita explicitamente a polarização e busca levar a entrevista para aspectos mais objetivos. A rigor, procura evitar que a mídia produza certo tipo de destaque que nitidamente buscava a partir das perguntas, que poderia levar a manchetes como:

“Teich diz que é contra isolamento vertical”

“Teich diz que Presidente está errado”

Talvez, aqui, meu próprio lugar de pesquisadora-jornalista me permita “enxergar” a evidente busca dessas manchetes. O ex-ministro discorda delas? Não necessariamente. Porém, ao assumir certa metalinguagem (que poderia ser ‘traduzida’ como “eu sei que vocês querem que eu diga aquilo e gostaria que prestassem atenção no que estou dizendo”), desautoriza a mídia a imprimir as manchetes que buscava. Ao desautorizar, o faz com certa sagacidade e, talvez, “esperança”¹¹ de trazer o diálogo para um patamar mais objetivo e técnico.

Dessa forma, o ex-ministro desestabiliza a cenografia jornalística pautada no destaque. A manchete do Estadão sobre essa notícia, por exemplo, remete a um fato técnico apontado por Teich (a proposta do que chama “isolamento seletivo”), e não a discordâncias com o governo. A linha fina, texto que acompanha o título, resume sua proposta. A conferir:

Teich: sou a favor de isolamento mais seletivo

“Para este isolamento mais seletivo, é preciso testar muito mais pessoas, de forma a ter um mapa do que acontece, disse o ex-ministro. ‘A partir daí você isola as pessoas e seus contatos’, disse ele, ressaltando que é preciso tratar a coisa de forma mais ‘individualizada’” (Jornal Estado de São Paulo, 24.5.2020).

Teich busca enfatizar o que fez. Se suas palavras não são tão rebuscadas¹², apresentam conteúdo. O problema é que discursos não são apenas palavras. Mesmo Teich evitando o tema, sua saída do ministério é, em si, um elemento do discurso. Sabe-se, por outras notícias, que havia pressões para que o ministro assinasse protocolos referentes ao uso da Cloroquina, medicamento cuja eficácia não é reconhecida pela

¹¹ O vocabulário, aqui, também se afina à nossa própria “esperança” de sair da polarização, abrindo um debate que favoreça o “diálogo possível”, nos termos de Cremilda Medina (1990).

¹² Não é difícil lembrar outros exemplos em que a retórica é determinante nas participações midiáticas.

comunidade científica, mas é exaltado pelo governo brasileiro a partir da figura de seu principal representante. Os dados levam à percepção de que Teich, como médico, precisou fazer uma opção entre ficar/permanecer no governo diante de uma escolha entre agradar este mesmo governo ou seguir aquilo que sua formação técnica referendaria. Sem termos técnicos quanto aos processos de constituição dos discursos midiáticos (esta é a especialidade das teorias da Comunicação, Linguagem, Discurso), Teich os desestabiliza a partir de seu lugar como técnico de saúde.

Por meio de sua tentativa de fala ponderada, Teich pode ter procurado melhorar a sua imagem, já que, em seu curto período como ministro, ficou conhecido por *memes* na Internet que o caracterizam como “Ministro zumbi”¹³, um ethos de quem seria apenas um “fantoche” no ministério.

Não sabemos dizer (e não é do escopo deste artigo) se as falas do ex-ministro são reveladoras de um caráter verdadeiro. Por sua vez, o foco da mídia em apontar discordâncias pode levar a uma banalização da polarização. Teich evita esse foco e se volta a expressar ações concretas que teria, ao menos, engatilhado: teste rápido, vacina. Afasta-se de um posicionamento relacionado à falta de compaixão, relacionada ao governo federal (e que bem pode ser exemplificada por enunciados como “E daí?”, “Não sou coveiro”, de autoria bem conhecida) ao explicitar: “Eu vi um monte de gente no leito na UTI. O que não faltou no meu período foi compaixão”. É como se dissesse (e, no todo discursivo, diz): agi corretamente, do meu ponto de vista técnico, independentemente de posturas atribuídas ao governo como um todo.

O exemplo de Teich pode trazer indícios para uma possibilidade de reviravolta na interincompreensão. Segundo o conceito, os discursos são sempre compreendidos em suas próprias matrizes, o que daria pouca (ou nenhuma) margem para mudanças de posição. No entanto, a possibilidade da mudança de posição abre-se a partir do lugar da escuta. Também o ex-ministro Mandetta mudou de posição, apresentando-se inicialmente como crítico do SUS e concluindo o seu mandato vestido do colete da instituição, o Sistema Único de Saúde. Literalmente, uma mudança de corporalidade na constituição pública de seu ethos, diante da visibilidade da importância de um sistema de saúde público funcional na emergência de uma epidemia. O ministro Teich marca

¹³ Diversos *memes* circularam na Internet sobre o ex-ministro. Cito, para exemplificar, a coluna de José Simão, “O Tico e o Teich! O Bozo tá com cara de defunto e o novo ministro é zumbi!”, publicada na Folha de São Paulo em 18.04.2020.

sua posição de mudança em relação à confiança em um governo pelo ato mesmo de sua saída, ainda que o faça com a delicadeza de não polarizar.

Para Amossy (2017), o dissenso é tão ou mais importante do que o consenso em uma democracia. Talvez seja ainda mais importante se considerarmos que ele possa levar a uma mudança pacífica de posição, a partir do diálogo e da não polarização.

Passemos a outro exemplo, a partir da breve análise de uma ilustração:



Figura 4. Titanic (imagem recebida por mídia social).

Transcrevemos os textos da imagem, a seguir:

Se o Titanic estivesse cheio de brasileiros...

- (1) Agora é obrigatório usar colete salva-vidas, é? Isso é uma ditadura.
- (2) É só um icebergzinho.
- (3) Não tô vendo ninguém se afogando por aqui.
- (4) Mas ninguém tá falando de quantos morreram pela violência, né? Agora só morre afogado.
- (5) Pessoal só fala do quanto afundamos, mas olha o quanto subimos!
(Transcrição de charge, autor desconhecido)

O humor é sempre interessante ao pôr em evidência, de forma lúdica, discursos que às vezes circulam sob disfarces. A metáfora do Titanic (famoso navio que naufragou em 1912, cuja história ficou ainda mais famosa com a produção Hollywoodiana de 1997) é posta em cena para falar da reação dos brasileiros em relação à epidemia, sem mencioná-la literalmente. Sem fazer uma análise detalhada, apresentamos algumas instabilidades em matrizes discursivas presentes nos enunciados, especialmente no primeiro: “Agora é obrigatório usar colete salva-vidas, é? Isso é uma

ditadura”. Falamos em instabilidade porque, de uma forma geral, a ilustração retoma o problema da pandemia e os embates entre ressaltar e minimizar a sua gravidade. Na interdiscursividade contemporânea, a posição pró-ciência (compreensão da gravidade da epidemia) é associada a uma postura humanitária, democrática. Assim, a postura humanitária seria compatível às medidas de prevenção, como o uso de máscaras. Por outro lado, algumas medidas restritivas são associadas a autoritarismo, particularmente em alusão a um país menos democrático, que seria a China. Constitui-se um embate: a medida democrática do cuidado demandaria medidas restritivas, como isolamento social e uso de máscaras (na ilustração em questão, representada pelo colete salva-vidas). O embate posto dificulta a caracterização do enunciado em uma única matriz discursiva. Já o enunciado (2) (“É só um icebergzinho”) retoma a fala do Presidente da República que minimiza a pandemia, chamando-a de “gripezinha”. Ao mesmo tempo, na polissemia do humor e na semântica marítima do Titanic, retoma também o enunciado do ex-Presidente Lula na crise financeira de 2008 (“É só uma marolinha”). Os enunciados (3), (4) e (5), em conjunto, retomam discursos que mais claramente minimizam a pandemia, por parte de quem não conhece a realidade dos hospitais (“Não tô vendo ninguém se afogando por aqui”) ou desconsidera as especificidades da crise epidemiológica ao confrontá-las com outras (“Mas ninguém tá falando de quantos morreram pela violência, né? Agora só morre afogado”) ou, ainda, alude a aspectos “positivos” da crise (Aprendizado? Lucros do mercado financeiro? É, no mínimo, pouco empático listar pontos positivos às custas de milhares de mortes), retomando um discurso “Poliana” (otimista, numa visão de autoajuda): “Pessoal só fala do quanto afundamos, mas olha o quanto subimos!”. Trata-se de uma perspectiva do lugar de quem não sofre os problemas ou não tem capacidade de empatia (ou compaixão, conforme foi questionado Teich). A ilustração é uma forma de, pela via do humor, mostrar o contrassenso desses discursos.

Por fim, apresentamos uma charge que muito nos diz a respeito de problemas que vão além da polarização e, ao mesmo tempo, são intensificados por ela:



Figura 5. Página ConheCIÊNCIA, publicada em 7/06/2020.

A charge manifesta um posicionamento do lugar da Ciência, expresso inclusive pelo nome responsável pela enunciação, ConheCIÊNCIA, em alusão às palavras Conhecimento e Ciência. Não importa se uma manifestação seja de direita ou de esquerda, já que uma manifestação de pessoas sempre gera aglomeração e, conseqüentemente, a presença do vírus que circula e se espalha (o coronavírus, representado pela figura que diz “E eu vou nas duas!”). Assim, o discurso que se coloca é o da isenção no que diz respeito a um posicionamento da ciência, segundo o qual a presença do vírus independe de posicionamento político-ideológico, mais uma vez, deslizando entre as matrizes da direita e da esquerda.

Empregamos o termo matriz discursiva em consonância com Patrick Charaudeau (2016). As convicções que representam a polarização têm relação com as matrizes ideológicas de direita e de esquerda, muito bem explicitadas por Charaudeau. A matriz ideológica da direita, na leitura de Charaudeau, impõe o valor da ordem hierárquica, dos dogmas da natureza segundo os quais “os seres não são iguais entre si, nada se pode fazer quanto a isso, é uma essência, uma marca da humanidade” (2016, p. 101). Dito muito claramente: “Essa ordem hierárquica é fundamentada, para os que estão em cima, no poder financeiro transmitido hereditariamente, e para os que estão embaixo, no mérito” (p. 102). Tal matriz conforma-se que “não há o que fazer quanto a isso”, sem talvez questionar: e quanto a estimular condições de base igualitárias (de saúde, educação) para que, aí sim, possam ser mensurados os méritos?

Para a matriz ideológica da esquerda, por sua vez, “não se procura defender um estado de coisas, mas fazê-lo evoluir”, por isso é também chamada progressista. Há

nessa matriz, segundo Charaudeau, o espírito igualitário, de valor positivo, que pode ter como consequência a ação da revolução, acompanhada, “em seu princípio, de uma vontade de despojar os possuidores de seus bens, e de redistribuí-los entre todos” (2016, p. 104). É estabelecido assim um conflito do qual se pode extrair questionamentos: que bens são esses e como foram conquistados? Se o trabalhador conquistar um bem por meio de seu trabalho, este também poderá ser tomado *a posteriori*? Se o funcionário exerce uma função pública, a partir de aprovação em concurso, seus direitos trabalhistas constitucionais devem lhe ser retirados? Não seria um “tiro pela culatra” rasgar a mesma constituição que poderá garantir o direito do próprio revolucionário?

Um bode expiatório surge por ser, talvez, um ente mais fraco entre outros possíveis. E porque existem as “pessoas que se sentem enganadas” e “querem eliminar as desigualdades e os privilégios” (CHARAUDEAU, 2016, p. 12). Constrói-se um paradoxo: um direito humanitário é o direito à paz. Paz e humanidade seriam valores progressistas. Mas tais valores não são dados, precisam ser conquistados. Muito bom que fosse pelo caminho da paz. E a paz simplesmente vem? Encerro este tópico com uma frase de um documentário sobre Anne Frank¹⁴: “Agora, Anne, sei que nada deve ser visto como garantido”.

Uma vez que percebamos as armadilhas da polarização, com humildade epistemológica, quem sabe, não poderíamos vislumbrar a paz desejável no lugar do possível?

Considerações sobre uma utópica despolarização

Vimos que as ordens do *possível* e do *desejável* interferem na regulação entre poder e contrapoder. Conforme explica Charaudeau, o conflito é constitutivo da sociedade democrática, mas, por se acreditar que qualquer desejo possa se tornar possível (eventualmente, à força, pela imposição da “minha ordem”), as posições se polarizam: reafirmam-se a si próprias e rechaçam a posição do outro, quando poderiam, talvez, buscar formas de negociação.

O dissenso tem a sua função social, conforme argumentou Amossy, mas os limites se tornam mais tênues diante dos impactos de um inimigo comum a toda a humanidade: um vírus pandêmico. A polarização atinge o outro, o que pensa diferente, mas não combate o vírus, somente o fortalece. Vencer o “inimigo comum” depende de

¹⁴ #AnneFrank parallel stories. Netflix. 2019 (documentário).

uma aliança de posições opostas que não pretendem se cruzar. E o vírus vai participar das manifestações da direita e da esquerda.

Tanto é ilusória a oposição entre saúde e economia, que uma personalidade como Bill Gates (associado a uma visão capitalista da realidade), citato acima neste artigo, milita pela prevenção de pandemias desde antes do caso Covid-19. Apenas um exemplo, sem entrar em especificidades da história de Bill Gates, sinalizando, tão somente, que uma personalidade situada na cultura capitalista não está excluída de fazer algo em prol do bem-estar humanitário.

O que observamos aqui é que qualquer matriz pode implicar consequências negativas quando radicalizada a ponto de não respeitar regulamentações jurídicas (ou, ainda, de regular a favor de um em detrimento de outro). Embora uma delas represente as boas intenções dos valores igualitários, seria produtivo afirmar o lugar da construção do igualitarismo na construção de condições (e não na desapropriação por princípio). Por isso, uma defesa veemente pela saúde e educação pública de qualidade. No ano oficial das *lives*, anotamos, ainda, essa fala do historiador Leandro Karnal (2020) em conversa com Átila Iamarino: “o SUS é o que nos diferencia da barbárie”. Não é preciso concordar com o historiador em tudo o que diz para compreender este enunciado.

Nesta análise, pudemos observar a rispidez de nossos tempos e pensar que o tema possa ser considerado para além da descoberta de uma vacina e possível retomada de um mundo pré-pandemia, enfrentando também este estado “prévio” que já incitava a polarização, buscando imunidade em relação a falácias que polarizam o debate. Toda palavra que se fecha em si mata o senso crítico e apaga a possibilidade de abertura para novos debates, assim, aprisiona. Um lugar de escuta para a polarização seria o caminho para a preservação de valores fundamentais como a paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“ADUNESP subscreve repúdio à manipulação de dados pelo JN. Reportagem usou dados de empresa ligada a Guedes para atacar servidores”. Nota recebida por e-mail institucional, 12/08/2020.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública** – como o discurso manipula as escolhas políticas. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

DÉCLARATION des Droits de l'Homme et du Citoyen de 1789. Légifrance. Le service public de la diffusion du droit. Disponível em <<https://www.legifrance.gouv.fr/Droit-francais/Constitution/Declaration-des-Droits-de-l-Homme-et-du-Citoyen-de-1789>> Acesso em agosto/2020.

EXPLICANDO: a próxima pandemia. Série Netflix. Temporada 2, Episódio 4. Estreia: 7 nov. 2019. 21 min. (*streaming*).

JORNAL Nacional cria fake news para comparar gastos de servidores com Saúde e Educação. Revista Fórum, 11/08/2020. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/midia/jornal-nacional-cria-fake-news-para-comparar-gastos-de-servidores-com-saude-e-educacao/>> Acesso em agosto/2020.

IAMARINO, Átila; BARROS, Daniel Martins de. O novo “normal”. Live no canal “Serrapilheira”, de Átila Iamarino. Apresentada em 29/06/2020. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=6TdayRu8usc>> Acesso em agosto/2020.

IAMARINO, Átila; KARNAL, Leandro. O pior lado da Pandemia, com Leandro Karnal. Live no canal “Serrapilheira”, de Átila Iamarino. Apresentada em 25/05/2020. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=nfdxqJSswjc>> Acesso em agosto/2020.

MAINGUENEAU, Dominique. “Quem fala na pandemia? Notas sobre ethos e portavoz”. 2020a. Publicado na página do LEEDiM da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <<https://www.facebook.com/leedim.ufscar/videos/1028161050913072>>

MAINGUENEAU, Dominique. Répondre à la peur. **Linguasagem**, 2020b.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba, Criar Edições. 2005.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MORAES, Érika de. Ethos da riqueza: caráter e corporalidade da ‘musa das finanças’, Nathalia Arcuri. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 61, p. 1-17, 2019.

OLIVEIRA, Hélio de. “‘Bovid-17’, ‘Comunavírus’ e outras fórmulas discursivas em meio à pandemia”. Publicado na página do LEEDiM da Universidade Federal de São Carlos.

WOLF, Maryanne. **O cérebro no mundo digital**. Os desafios da leitura na nossa era. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

Como referenciar este artigo:

MORAES, Érika de. Covid-19 e a epidemia da polarização. **revista Linguasagem**, São Carlos, v.35, Dossiê *Discurso em tempos de pandemia*. setembro/2020, p. 77-97.